



INSTITUTO FEDERAL DE PERNAMBUCO
CAMPUS BELO JARDIM
LICENCIATURA EM MÚSICA POPULAR

EDSON SILVA DOS ANJOS

**ENSINO REMOTO NOS ANOS INICIAIS: O QUE DIZEM OS PROFESSORES DE
ARTE/MÚSICA FRENTE À SALA DE AULA INCLUSIVA DE UMA ESCOLA
MUNICIPAL DE BELO JARDIM - PE**

BELO JARDIM/PE

2022

EDSON SILVA DOS ANJOS

**ENSINO REMOTO NOS ANOS INICIAIS: O QUE DIZEM OS PROFESSORES DE
ARTE/MÚSICA FRENTE À SALA DE AULA INCLUSIVA DE UMA ESCOLA
MUNICIPAL DE BELO JARDIM - PE**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Licenciatura em Música – Habilitação em Tuba, como requisito parcial para obtenção do título de Licenciado em Música. Orientador: Prof. Me. Silas Nascimento dos Santos.

BELO JARDIM/PE

2022

Dados Internacionais de Catalogação - CIP

A599e Anjos, Edson Silva dos

Ensino remoto nos anos iniciais: o que dizem os professores de arte/música frente à sala de aula inclusiva de uma escola municipal de Belo Jardim - PE / Edson Silva dos Anjos. – Belo Jardim-PE, 2022.

51f.: il. ; 29 cm.

Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Música) – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco, Campus Belo Jardim - PE, 2022.

Orientador: Prof. Me. Silas Nascimento dos Santos.

Inclui referências.

1. Música - ensino. 2. Educação musical inclusiva. 3. Ensino remoto. I. Título. II. Santos, Silas Nascimento dos. III. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco.

CDD 780

EDSON SILVA DOS ANJOS

**ENSINO REMOTO NOS ANOS INICIAIS: O QUE DIZEM OS PROFESSORES DE
ARTE/MÚSICA FRENTE À SALA DE AULA INCLUSIVA DE UMA ESCOLA
MUNICIPAL DE BELO JARDIM - PE**

Trabalho aprovado. Belo Jardim, 04/10/2022.

Silas Nascimento dos Santos

Professor Orientador

Bernardina Santos Araújo de Sousa

Convidado 1

Andreza Silva Cordeiro

Convidado 2

Belo Jardim/PE

2022

A todas pessoas com deficiência que tive o prazer e honra de conhecer, e me trouxeram até aqui.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus pela vida, saúde, condições e forças para alcançar meus objetivos.

A minha mãe Maria das Graças e pai Cícero Miguel, que cuidam de mim e me deram os meios e educação para entrar e sair nos lugares, respeitando a todos, e me ensinaram a tratar a todos como iguais, meus exemplos de vida.

A minha esposa Luciene Anjos, minha amiga, companheira e confidente. Que sempre está ao meu lado, como prometemos um ao outro “juntos até depois da eternidade”. Nos momentos difíceis você segurou as pontas, quando tive que abrir mão de várias coisas, você me apoiou, sendo meu lugar de repouso e confiança.

Aos amigos que fiz no curso, cada um com seu jeitinho pessoal, me fizeram chegar até aqui, e juntos aprendemos a nos ajudar e a criticar uns aos outros, além dos “belos apelidos” que criamos para cada um, inclusive para gestores e professores.

Ao Instituto Federal de Pernambuco – *Campus* Belo Jardim por sua estrutura e suporte prestados.

Ao meu orientador, Silas dos Santos, um cara incrível, uma referência para educação e educação inclusiva, que está sempre procurando o melhor para a pessoa com deficiência além de lutar pela igualdade para todos, que aceitou essa empreitada comigo e sem ele não conseguiria chegar até aqui. Carregarei comigo todas as suas orientações, e que devo grande parte da realização desse trabalho.

A todos os professores e pesquisadores que estão ou que já passaram pelo grupo de pesquisa: Diálogos intercontextuais: psicologia cultural, educação e educação musical – DIPEM, que é um lugar de aprendizado para pesquisa e vida, tornando-se uma parte importante para minha identidade como pesquisador.

A professora Bernardina Sousa, sendo ela uma pessoa fundamental para o meu crescimento profissional e pessoal, com seus conselhos e orientações que ultrapassam as barreiras de um professor e vão até o sentimento de uma mãe.

“Quem dera que se cumprisse o meu desejo, e que Deus me desse o que espero”.

Jó, cap.6, ver. 8.

RESUMO

O presente trabalho, trata-se de uma pesquisa de estudo de caso com objetivo geral: investigar como tem se constituído o ensino de arte/música em turmas inclusivas no contexto remoto da educação básica. Quanto aos objetivos específicos: compreender, a partir do olhar docente, a inclusão educacional de estudantes com deficiência; identificar estratégias de ensino de música/arte para estudantes com deficiência; caracterizar ações educativas desenvolvidas no ensino de música/arte para estudantes com deficiência. Os dados foram obtidos através de entrevista semiestruturada e analisada através da análise de conteúdo segundo Bardin, realizada com uma professora dos anos iniciais, atuante na rede municipal de ensino da cidade de Belo Jardim, Pernambuco. Com os resultados obtidos, observou-se a importância da disciplina arte/música, tal como sua importância para o crescimento profissional, pessoal e social para a pessoa com deficiência. Além disso, também se concluiu que, no ensino remoto, no momento pandêmico, os estudantes com deficiência foram segregados da vivência escolar, mesmo com a busca por novas estratégias de ensino e possíveis adaptações de acordo com as necessidades individuais de cada sujeito.

Palavras-chave: Educação musical inclusiva; Ensino remoto; Olhar docente

ABSTRACT

The present work is a case study research with a general objective: to investigate how the teaching of music/art in inclusive classes has been constituted in the remote context of basic education. As for the specific objectives: to understand, from the teaching perspective, the educational inclusion of students with disabilities; identify music/art teaching strategies for students with disabilities; to characterize educational actions developed in the teaching of music/art for students with disabilities. Data were obtained through semi-structured interviews and analyzed through content analysis according to Bardin, carried out with a teacher from the early years, working in the municipal school system in the City of Belo Jardim, Pernambuco. With the results obtained, the importance of the art/music discipline was observed, as well as its importance for professional, personal and social growth for the person with disabilities, it was also concluded that at the time of the pandemic, students with disabilities were segregated from the school experience, referring to past times, going against Laws and decrees that support the right of students with disabilities to school.

Keywords: Inclusive Music Education; Remote Teaching; Teacher Look

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
CAPÍTULO 1 – Pessoa com Deficiência e sua trajetória educacional	14
1.1 A pessoa com deficiência: processo histórico.....	14
1.2 Inclusão Educacional: preparando uma sociedade equânime	17
CAPÍTULO 2 – Inclusão Educacional e ensino remoto: relação possível	21
2.1 Inclusão: um lugar para todos.....	21
2.2 Educação a Distância e Ensino Remoto: do que estamos falando, o que estamos fazendo, afinal?	26
CAPÍTULO 3 – PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	31
3.1 Local da pesquisa – a escolha da escola campo.....	31
3.2 Tipo de pesquisa – um estudo de caso.....	32
3.3 Participante da pesquisa	33
3.4 Instrumentos de Coleta de Dados.....	33
3.5 Instrumentos de Análise de Dados.....	34
CAPÍTULO 4 – ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS	35
CONSIDERAÇÕES FINAIS	43
REFERÊNCIAS	45
APÊNDICES	48

INTRODUÇÃO

A trajetória da pessoa com deficiência vem, desde o início dos tempos, passando por muitos percalços. Ter algum tipo de deficiência era motivo para que as pessoas fossem excluídas, abandonadas e até mortas. Eram tratadas de formas cruéis e desumanas, com uma vida de atrocidades e desprezos por parte da sociedade e, em vários momentos, da família também, sem poder viver com dignidade e direitos basilares. (MAZZOTA, 2011; SASSAKI, 2006).

Em muitos lugares, como destaca a literatura, a criança ao nascer e ser diagnosticada (identificada) com algum tipo de deficiência era, de imediato, excluída do convívio e do meio em que estaria inserida, como destaca Castro (2013):

Os bebês nascidos disformes deveriam ser expostos, a deformidade da criança ou a pobreza da família bastavam para que a justiça doméstica decretasse sua morte ou seu abandono. Na Roma antiga os bebês malformados eram enfeitados ou afogados. Estes podiam ser perfeitamente mortos, atirados ao mar ou queimados. Acreditava-se que as deformidades traziam mau agouro para comunidade e para a família. (CASTRO, 2013. p. 01).

Além disso, é mister realçar que, em muitas religiões, tais pessoas eram tidas como “castigo de Deus” e, assim, deveriam ser sacrificadas como forma de pagar a punição daquela família. Mazzotta (2011), ao refletir a respeito do processo histórico e social da pessoa com deficiência, afirma:

A própria religião, com toda sua força cultural, ao colocar o homem como ‘imagem e semelhança de Deus’, ser perfeito, inculcava a ideia de condição humana como incluindo perfeição física e mental. E não sendo ‘parecidos com Deus’, os portadores de deficiências (ou imperfeições) eram postos à margem da condição humana (MAZZOTTA, 2011, p. 16).

Desse modo, para que direitos sejam cada vez mais garantidos e cumpridos, sobretudo, no interior da escola, compreender que a nossa história inviabilizou o acesso, a permanência e o êxito de pessoas com deficiência faz-se necessário.

Nos últimos anos, as produções que buscam discutir a respeito da inclusão podem ser vistas sob os diversos prismas: na cultura, nos esportes, no lazer e, mormente, na educação, que é o ponto fulcral do trabalho em tela. Todavia, nesse contexto, dificuldades ainda são encontradas, sejam por barreiras físicas, burocráticas impostas pelo próprio sistema educacional ou naturais, como é o caso

da pandemia¹ que nos assola, suspendendo as atividades presenciais e ocupando as telas dos computadores, *smartphones* e *tablets*.

Diante disso, autoras como Mantoan (2006) e Louro (2006) nos convidam a coadjuvar e repensar uma escola que promova a diversidade e proporcione oportunidade de ser e viver. Por esse viés, a pesquisa em tela, resultado da conclusão da Licenciatura em Música Popular do Instituto Federal de Pernambuco, *Campus* Belo Jardim, que surge em meio à Covid-19, parte dos seguintes questionamentos: de que maneira professores de arte/música dos anos iniciais do ensino fundamental tem mediado o componente para estudantes com deficiência? Como tem acontecido a inclusão escolar no contexto do ensino remoto, visto que profusos documentos legais preveem adaptações que eliminem barreiras e promovam aprendizagens? A Lei Brasileira de Inclusão (2015) proclama:

[...] adoção de medidas de apoio que favoreçam o desenvolvimento dos aspectos linguísticos, culturais, vocacionais e profissionais, levando-se em conta o talento, a criatividade, as habilidades e os interesses do estudante com deficiência. (BRASIL, 2015).

Para justificar a importância do referido estudo de corte qualitativo, do tipo Estudo de Caso, cabe frisar a escassez de produções acadêmicas que dialoguem com o ensino de arte/música em tempos de pandemia para pessoas com deficiência. Justifica-se, também, diante das novas configurações de ser escola, de ser professor e de ser estudante.

Além disso, a importância da pesquisa também ocorre por interesses pessoais, que se deu por meio de contatos que tive com pessoas com deficiência e o meio social, onde, por várias vezes, presenciei as barreiras que foram impostas para elas, pelo fato de ter uma deficiência, fazendo com que fosse lhe colocado um limite, deixando ser conhecida como um ser humano, passando a ser conhecida pela deficiência. Assim, destaco três pontos importantes que marcaram a minha trajetória com a educação inclusiva no meio musical.

Um primeiro contato marcante foi ao entrar na igreja da qual faço parte e na orquestra, que tinha um rapaz surdo tocando Violino, fiquei intrigado com aquilo, pois tinha a ideia que grande parte da sociedade tem que a música não pode ser

¹ Trata-se do novo Coronavírus, a COVID 19 (SARS-CoV-2) doença que apresenta espectro clínico variando de infecções assintomáticas a quadros graves, transmitida pelo toque, aperto de mão, saliva, espirro, tosse e outros. Teve o seu primeiro caso registrado em Wuhan, na China e, em seguida espalhou-se por vários países, chegando ao Brasil em fevereiro de 2020, contaminando e ceifando milhares de vidas.

ensinada ou apreciada pela pessoa surda, mito relacionado à ideia equivocada de que a música só é apreciada pela audição. Mas sabemos que a música pode ser percebida através da vibração, assim, o surdo é capaz de sentir a música através das vibrações sonoras, da musicalidade, como podemos perceber:

Sabe-se que todas as notas musicais têm uma vibração e um timbre particular e é essa vibração que é ensinada ao aluno surdo para que ele desenvolva e memorize as notas a fim de serem executadas no instrumento. (ANJOS, 2019, p. 3).

Ainda segundo HAGUIARA-CERVELLINE (2003):

A musicalidade é a possibilidade que o homem tem de expressar a música interna, ou entrar em sintonia com a música externa, por meio do seu corpo e seus movimentos, por meio da sua voz, cantando, do tocar, do perceber um instrumento sonoro musical ou não, ou de uma escuta musical autêntica. (HAGUIARA-CERVELLINE, 2003, p. 75).

Um segundo momento, foram as minhas vivências no IFPE, *campus* Belo Jardim: o meu contato com o Curso de Libras, ministrado pelo professor Silas, onde pude ter contato direto com a Língua Brasileira de Sinais, me aproximando ainda mais do mundo da inclusão; a minha participação no projeto de pesquisa: tensões entre cultura pessoal e cultura coletiva na construção de significado: a escolha do instrumento musical à luz da psicologia cultural semiótica, do qual procurei entender como se dá a escolha do instrumento musical por uma pessoa surda a partir do olhar do professor; e, por fim, a disciplina de Educação Inclusiva, que considero um ponto chave para a minha inclinação no que tange a pesquisa em inclusão.

O terceiro e não menos importante momento foi ao entrar no período de estágio obrigatório, em uma escola da Rede Municipal de Belo Jardim – PE, na disciplina de Arte, no 6º ano e me deparar com uma sala de aula inclusiva. Desse modo, foi possível identificar, por meio do período de sondagem, que os alunos com deficiência não estavam sendo inclusos nas aulas, e sim, integrados.

Enquanto alunos sem deficiência participavam das atividades e das aulas, os com deficiência ficavam a esmo e esquecidos. Diante dessa sondagem, o projeto de intervenção do estágio teve como objetivo: compreender a música como meio de expressão e manifestação cultural, através dos ritmos musicais Frevo e Maracatu, despertando a curiosidade quanto à percepção musical e rítmica dos gêneros musicais pernambucanos, como também criar uma reflexão e imposição

crítica quanto aos diversos ritmos pernambucanos. Ao final do projeto, foi possível criar uma interação, participação e inclusão dos alunos com deficiência junto à turma, onde todos os alunos, o professor e as profissionais de apoio, participaram, entendendo um pouco da nossa cultura, da nossa música e, também, executando os instrumentos musicais que compõem os ritmos trabalhados.

Apresentada as justificativas, pretendemos, como objetivo geral: investigar como tem se constituído o ensino de música/arte em turmas inclusivas no contexto remoto da educação básica. Quanto aos objetivos específicos: compreender, a partir do olhar docente, a inclusão educacional de estudantes com deficiência; identificar estratégias de ensino de música/arte para estudantes com deficiência; caracterizar ações educativas desenvolvidas no ensino de música/arte para estudantes com deficiência.

O trabalho está seccionado em quatro capítulos. O primeiro trata das questões relativas à pessoa com deficiência e o processo histórico de inclusão educacional. O segundo capítulo aborda a respeito da inclusão educacional e os dispositivos legais. O capítulo três apresenta os procedimentos metodológicos. O quarto e último capítulo apresenta a análise e discussão dos dados.

CAPÍTULO 1 – PESSOA COM DEFICIÊNCIA E SUA TRAJETÓRIA EDUCACIONAL

Neste capítulo trataremos das questões relativas ao processo histórico da inclusão de pessoas com deficiência, bem como da polissemia do conceito de inclusão, dos mecanismos legais e dos direitos reservados às pessoas com deficiência em nossa sociedade.

1.1 A pessoa com deficiência: processo histórico

Para compreendermos o que é deficiência e como é definida, apresentaremos aqui, o Decreto-Lei de nº 6.949/09, convenção que trata do respeito e dignidade para a pessoa com deficiência, que no preâmbulo, letra “e”, reconhece que:

A deficiência é um conceito em evolução e que a deficiência resulta da interação entre pessoas com deficiência e as barreiras devidas às atitudes e ao ambiente que impedem a plena e efetiva participação dessas pessoas na sociedade em igualdade de oportunidades com as demais pessoas. (BRASIL, 2009).

O ser humano vive em sociedade. Assim as definições de certo e errado, do que pode ou não fazer, da locomoção e próprio sustento, seguem a regras e normativas aplicadas para todos. Deste modo, ainda que levassem em consideração as diferenças existentes entre as pessoas, o que sai das regras adotadas pela sociedade como “normais”, era considerada deficiência. Pessoas que não atendiam a essas normas eram invisíveis para o mundo, não tendo assim, participação social e impossibilitadas de exercerem seus direitos, tornavam-se invisíveis para todos, inclusive para os próprios familiares. Durante muito tempo, as pessoas que fugiam dessa normalidade estabelecida pela sociedade, eram impedidas de viverem e participarem de ambientes sociais.

Por meio do processo histórico vivenciado pelas pessoas com alguma deficiência aparente, a sociedade acreditava que uma pessoa com deficiência era incapaz, não servindo para a comunidade, sendo excluídas do convívio social. Ainda dentro desse contexto, eram consideradas, dentro de algumas culturas, como castigo divino, seres que não tinham direito à vida, sendo excluídos e ou segregados, pois eram considerados indignos. Nesse sentido, Mazzota (2011) destaca que:

A própria religião, com toda sua força cultural, ao colocar o homem como 'imagem e semelhança de Deus', ser perfeito, inculcava a ideia de condição humana como incluindo perfeição física e mental. E não sendo 'parecidos com Deus', os portadores de deficiências (ou imperfeições) eram postos à margem da condição humana (MAZZOTA, 2011, p. 16. Grifos do autor).

Como é possível compreender, historicamente², as pessoas com deficiência tiveram seus direitos relegados e reduzidos a condição que determinada deficiência era compreendida. A ausência de políticas públicas excluía e marginalizava essas pessoas da vida social, fazendo com que fossem mantidas fora do âmbito social e, principalmente, do educacional. Como nos mostra o documento de gestão dos sistemas de educação da Secretaria de Educação Especial (SEESP), que diz:

A inexistência de informação sobre o desenvolvimento escolar do aluno com necessidades educacionais especiais equivale, para usar o termo cunhado pelo sociólogo francês Pierre Bourdieu, a uma situação de excluídos do interior: alunos que podem até estar dentro do sistema de ensino, e mesmo em escolas comuns, mas permanecem excluídos em relação à perspectiva de progresso escolar, para si mesmos e para os formuladores de políticas. (MEC, 2006).

O sistema de ensino passou por diversos paradigmas e várias adaptações, até chegar à inclusão da pessoa com deficiência dentro do sistema educacional. Para que isso fosse possível, aconteceram vários movimentos de protestos, onde as pessoas com deficiência buscaram seus direitos, seja para com a sociedade ou direito a educação, de modo que deixassem de ser excluídos. Mesmo estando dentro do sistema educacional não eram vistas pelo desempenho, trazendo assim, uma visão de que a deficiência está à frente da pessoa como ser humano.

A sociedade, em todas as culturas, atravessou diversas fases no que se refere às práticas sociais. Ela começou praticando a **exclusão social** de pessoas que – por causa das condições atípicas – não lhe pareciam pertencer à maioria da população. Em seguida, desenvolveu o **atendimento segredo** dentro de instituições, passou para a prática da **integração** social e recentemente adotou a filosofia da **inclusão social** para modificar os sistemas gerais. (SASSAKI, 2006, p. 16. Grifos do autor).

Antes de todo movimento inclusivista acontecer, tal qual conhecemos, hoje, sobretudo, nas salas de aulas, as pessoas com deficiência vivenciaram uma longa trajetória, sendo o primeiro paradigma da Exclusão, onde essas pessoas não tinham direito algum, muito menos à educação. O segundo movimento, a Segregação, as

² Nos referimos, aqui, desde a Antiguidade até meados do Século XVIII.

peças passaram a ter acesso à educação, mas de modo institucionalizado, sempre associadas à deficiência e como poderiam “servir” para a sociedade. Esse paradigma também visualizava as pessoas por meio de um modelo médico, que além de reduzi-las, as rotulava de acordo com a deficiência, sem preocupar-se com a educação, com o respeito à diversidade e às diferenças, contribuindo, assim, para um sistema de ensino que não era comum, mas separatista, como as escolas especiais, que atendiam só as pessoas com determinada deficiência.

O paradigma da Integração que traz em seu objetivo a pessoa com deficiência para dentro da escola regular, juntos com estudantes sem deficiência aparente. Esse movimento apresentou alguns problemas em seu processo, já que as pessoas com deficiência precisavam adaptar-se à escola e ao seu currículo, ou seja, eram inseridos em sala de aula, mas não existia uma preparação da escola, física ou pedagógica, como também preparação dos professores.

O quarto paradigma, que contrapõe o da Integração, é o da Inclusão: respeito à diversidade, transformação, mudanças. No próximo tópico, discorreremos acerca desse movimento. Antes disso, apresentaremos, sem o objetivo de nos estendermos, alguns marcos importantes, que foram norteadores para a inclusão como vemos hoje, tais como: a Constituição Federal de 1988, que prevê o atendimento especializado para as pessoas com deficiência; a Declaração de Salamanca, documento que apresenta a urgência em providenciar educação especial no sistema regular de ensino; a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (1996); a Lei Brasileira de Inclusão (LBI) – estatuto da pessoa com deficiência – 13.146/2015, que assegura iguais condições de liberdade fundamentais para pessoa com deficiência e inclusão social e cidadania. Para essa lei, a definição de pessoa com deficiência, em seu capítulo I, art. 2º, diz que:

Considera-se pessoa com deficiência aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas. (BRASIL, 2015).

No que é tocante ao direito à educação, a LBI, em seu capítulo IV, art. 27, afirma:

³ O atendimento educacional especializado - AEE tem como função identificar, elaborar e organizar recursos pedagógicos e de acessibilidade que eliminem as barreiras para a plena participação dos alunos, considerando suas necessidades específicas.

A educação constitui direito da pessoa com deficiência, assegurado sistema educacional inclusivo em todos os níveis e aprendizado ao longo de toda a vida, de forma a alcançar o máximo desenvolvimento possível de seus talentos e habilidades físicas, sensoriais, intelectuais e sociais, segundo suas características, interesses e necessidades de aprendizagem. (BRASIL, 2015).

Isso nos apresenta um entendimento quanto a pessoa com deficiência e sua inclusão no sistema educacional, só que, as leis e decretos inseriram a pessoa com deficiência dentro das escolas regulares, mais o que aconteceu na prática foi a integração dessas pessoas, tendo em vista que as instituições de ensino não estavam preparadas para recebe-los, os professores não estavam capacitados o que criou várias barreiras, Mantoan (2006) nos traz um conceito sobre integração educacional, quando diz:

Nas situações de integração escolar nem todos os alunos com deficiência cabem nas turmas de ensino regular, pois há uma seleção prévia dos que estão aptos a inserção. Para estes casos, são indicados a individualização dos programas escolares, os currículos adaptados e a redução dos objetivos educacionais para compensar as dificuldades de aprender. Em suma: a escola não muda como um todo, mas os alunos têm de mudar para se adaptar às suas exigências (MANTOAN, 2006, p.18).

Então, em um entendimento quanto a pessoa com deficiência e sua trajetória educacional, fica claro a necessidade de um processo de adaptação, não por parte do estudante, mais sim, pela instituição, quanto a sua estrutura física, currículo que respeite as limitações e as diferentes maneiras de aprendizado de cada estudante, além de uma preparação estratégica para as aulas. Como mostra Louro (2012) quanto a educação da pessoa com deficiência:

[...] O histórico social, pessoal e pedagógico do aluno, a postura da família frente ao problema, as nossas práticas pedagógicas. A inclusão vem como um meio para suprir essas necessidades, de modo a garantir, a participação efetiva e equânime para os estudantes dentro do sistema de ensino. (LOURO. 2012, p. 25)

1.2 Inclusão Educacional: preparando uma sociedade equânime

Pensar em inclusão é pensar em um movimento em que a sociedade funciona de modo equânime, valorizando a diversidade, quebrando barreiras de modo que as pessoas possam gozar do seu direito de ir e vir sendo autônomos e independentes, vivendo de acordo com a sua vontade. Sasaki (2006) conceitua esse movimento como inclusão social, quando assevera que:

Conceitua-se a inclusão social como o processo pelo qual a sociedade se adapta para poder incluir, em seus sistemas sociais gerais, pessoas com necessidades especiais e, simultaneamente, estas se preparam para assumir seus papéis na sociedade. (SASSAKI. 2006, p.39).

Em um pensamento em que toda pessoa pode e deve frequentar a escola, a inclusão educacional traz uma proposta que difere do modelo de integração na escola, levando em consideração que tal modelo não atendia as necessidades dos estudantes com alguma deficiência, tendo em vista que nesse sistema as crianças estavam dentro da sala de aula, mas não participavam efetivamente das atividades, assim surge a Educação Inclusiva no sistema de ensino brasileiro, com o ideal de estruturar o currículo educacional, além de adaptação pedagógica e estrutural para que a pessoa com deficiência tenha total acesso à educação. Processo explicado por Mantoan (2003), quando diz que:

A escola se entupiu do formalismo da racionalidade e cindiu-se em modalidades de ensino, tipos de serviço, grades curriculares, burocracia. Uma ruptura de base em sua estrutura organizacional, como propõe a inclusão, é uma saída para que a escola possa fluir, novamente, espalhando sua ação formadora por todos os que dela participam. (MANTOAN. 2003, p.12).

O processo de educação inclusiva, fica evidente a partir do momento em que todas as pessoas que estão dentro da comunidade educacional, gozam dos mesmos direitos e valores, de modo que, todas as atividades executadas ou propostas pela escola, dê condições para que todos os estudantes estejam envolvidos e participando de maneira equânime, e que as limitações e formas de aprendizado de cada estudante sejam respeitadas e aceitas condizente com a inclusão.

Louro (2016, p. 41) traz uma proposta que vai além, mostrando um sistema educacional inclusivo de fato, a partir do momento em que notas, avaliações e provas, não são objetivo principal para que o estudante, como também uma ponte para uma sociedade mais humana. “[...] à inclusão defende as premissas de tolerância e de convívio com a diversidade”. Mantoan (2006), por sua vez, ratifica ainda mais essa reflexão quando nos afirma que a inclusão é o produto de uma educação plural, democrática e transgressora. “Ela provoca uma crise escolar, ou melhor, uma crise de identidade institucional, que por sua vez, abala a identidade dos professores e faz com que seja ressignificada a identidade do aluno” (p. 32).

Assim, o sistema educacional inclusivo, além de possibilitar ao estudante com deficiência o desenvolvimento, a aprendizagem e a participação, contribui o mesmo para todas as demais pessoas. Nesse pensamento de inclusão, não só as pessoas com deficiência terão os mesmos direitos, mas todos os estudantes estariam envolvidos, respeitando o desenvolvimento, capacidade e limitação de cada indivíduo, com deficiência aparente ou não.

Ainda que a educação inclusiva esteja andando a passos lentos, já são notórias as mudanças, desde estrutura física até a sala de aula e em algumas práticas curriculares e pedagógicas. Para a educação inclusiva acontecer de modo ainda mais efetivo, é necessário a participação, além do corpo docente, gestores, sociedade e do Estado, também da família, que deve atuar de forma constante, acompanhando o desenvolvimento do estudante, como também participar de modo ativo dentro dos projetos políticos pedagógicos educacionais, tal qual prevista na LDB, no Art. 2º:

A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. (BRASIL, 1996).

A educação inclusiva também pode ser vista como um processo em construção, ficando evidente quando torna-se possível dentro da escola, enxergarmos a quebra das barreiras atitudinais tão evidentes no modelo antigo de ensino, no processo de integração do estudante com deficiência. (Lima e Tavares, 2012, p. 104) mostram a existência de barreiras atitudinais como: “[...] barreiras sociais geradas, mantidas, fortalecidas por meio de ações, omissões e linguagens produzidas ao longo da história da humanidade”. Assim, quando o Estado e a sociedade enxergam a pessoa com deficiência como um coitadinho que não tem condições de viver sozinho ou de se manter, dentro de suas limitações, de forma igualitária, também quando a família passa a envolver a pessoa com deficiência em “uma bolha”, em vários casos de forma inconsciente essas pessoas são associadas à sua deficiência, deixando de lado o ser humano e passando a ser vista através da limitação.

Diante do processo histórico da pessoa com deficiência, fica evidente que, a deficiência não vai afastar a pessoa de um convívio social, e que são capazes de escolherem o seu modo de viver, de buscar a profissão que tiverem vontade, trabalhar e de constituírem uma família. Que devesse deixar de lado os estereótipos

e discriminações, para dar vez a diversidade e a igualdade. A pessoa não é a deficiência. Como um dos caminhos possíveis para que as pessoas com deficiência tenham um desenvolvimento social e cultural, além de uma forma de melhorar a comunicação, está a música, utilizada dentro das salas de aulas inclusivas como uma importante ferramenta para a formação acadêmica, pessoal e profissional da pessoa com deficiência e demais estudantes.

CAPÍTULO 2 – INCLUSÃO EDUCACIONAL E ENSINO REMOTO: RELAÇÃO POSSÍVEL

No capítulo em tela, diante do enfrentamento da pandemia que nos tem assolado, abordaremos sobre o ensino de arte/música na educação básica, em especial, para estudantes com deficiência; sobre o Ensino Remoto e o Ensino a Distância: similaridades e diferenças.

2.1 Inclusão: um lugar para todos

Para entender o ensino de Arte/Música em uma sala inclusiva dentro dos anos iniciais no tempo que está sendo vivenciado essa pandemia, se faz necessário uma breve passada pela história para que seja possível uma melhor compreensão sobre o que é Arte, o que é Música e como é ensinada.

Assim, arte, dentre seus vários significados, pode ser entendida como uma atividade humana que dentre várias aplicações está a comunicação, fator primordial para o ser humano. Existem várias definições sobre o que é arte. Como mostra Gombrich (2012) ao dizer que:

Nada existe realmente a que se possa dar o nome de Arte. [...] eram homens que apanhavam um punhado de terra colorida e com ela modelavam toscamente as formas de um bisão na parede de uma caverna; hoje, alguns compram suas tintas e desenhavam cartazes para tapumes. [...] não prejudica ninguém dar nome de arte a todas essas atividades, desde que se conserve em mente que tal palavra pode significar coisas muito diversas, em tempos e lugares diferentes. (GOMBRICH. 2012, p.15).

Para cada cultura há uma definição a ser aplicada, tendo uma função social que está em constante mudança, em cada tempo a arte é vista de forma diferente á exemplo disso, são as civilizações antigas que registraram suas trajetórias através de desenhos gravados em cavernas e pedras. Sendo essa uma aplicação da arte como meio de comunicação através das gravuras existentes até hoje que possibilitou conhecer a história da humanidade.

Pode ser entendida como manifestação estética e comunicativa, tais como: a arquitetura, desenho, escultura, pinturas, escrita e música, combinações de processos criativos com o intuito de expressar emoção e ideias. Segundo Batalha e Santos (2018):

Arte é a expressão de um artista, de um povo, de uma época histórica, considerando os valores estéticos, refletindo de uma cultura. É uma forma do ser humano proclamar a sua criatividade para expressar sentimentos e emoções através de suportes, mídias e linguagens variadas para encontrar o seu lugar no cenário contemporâneo. (BATALHA; SANTOS, 2018, p. 9).

Sendo a arte uma linguagem de expressão criativa, ela também vai propiciar um desenvolvimento artístico quanto a imaginação e sensibilidade, além de possibilitar ao estudante formas de conhecer outras culturas, estabelecendo relações e entendendo sobre seu pensar e agir.

Diante disso o ensino de arte entre no currículo educacional como uma disciplina ofertada para todos os níveis de ensino, nomeada primeiramente como Educação artística, através da Lei 5.692 e renomeada como “ensino de arte”, através da LDB (1996) em seu art. 26, § 2º que diz: “o ensino da arte, especialmente em suas expressões regionais, constituirá componente curricular obrigatório da educação básica”.

Segundo a Base Nacional Comum Curricular (BNCC, 2018), documento que vai regulamentar os aprendizados essenciais a serem trabalhados no sistema de ensino brasileiro, em seu capítulo 4.1.2. Que diz: “No Ensino Fundamental, o componente curricular Arte está centrado nas seguintes linguagens: as Artes visuais, a Dança, a Música e o Teatro”. Traz uma proposta no ensino de arte, quanto a seus componentes, uma maneira de despertar nos estudantes um processo de aprendizado expressivo e criativo, além de uma interação crítico.

Com a LDB/96 em seu art. 26, parágrafo 2º. Estabelecendo o ensino de arte como componente curricular obrigatório em todos os níveis da educação, e a LEI Nº 11.769, de 18 de agosto de 2008, popularmente conhecida como: Lei do ensino da música, trazendo a música como conteúdo obrigatório. Trouxeram o ensino de música para dentro das escolas públicas e particulares, mas isso também levantou uma discussão a respeito de alguns pontos sobre o ensino da música, já que nem a LDB/96 nem os Parâmetros Curriculares Nacionais garantem o ensino musical nas escolas, como diz Penna (2018, p. 138): “assim, os vários Parâmetros Curriculares Nacionais especificam o que é idealizado ou desejável para o ensino de música, mas nem eles nem a LDB garantem a sua presença na escola”.

Diante disso, é comum dentro das salas de aulas, na disciplina arte, os estudantes serem direcionados para um dos quatro componentes que o professor

tem mais segurança, já que não está especificado dentro dos parâmetros educacionais que ele precisa ter formação específica em algum dos componentes.

A educação musical dentro dos anos iniciais, está atrelada a ideia de que a música está ligada ao ser humano, desde antes do nascimento. Existem vários estudos que comprovam essa afirmação, que desde a vida intrauterina, o feto já tem uma vivência sonora, como por exemplo ao está agitada, ainda na barriga da mãe, ao ouvir a voz da mãe ou pai, o feto se acalma criando uma intimidade para com a voz da mãe. Como mostra Alvares (2009):

O feto, assim como o bebê, tem também uma forte relação com a voz da mãe; uma "intimidade" que já vem da vida intrauterina. [...]bebês de quatro a cinco dias ficavam mais calmos e atentos à música que haviam ouvido durante os últimos três meses da gestação; ou seja, a vida sonora intrauterina é significativa para a experiência sonoro-musical, mesmo após o nascimento. (ALVARES, 2009, p. 11).

A música está ligada ao ser humano mesmo antes de seu nascimento, além de ser fator primordial para aquisição da linguagem verbal, mesmo que o bebê não compreenda as palavras, mas ele é capaz de perceber que há uma intenção na melodia da fala dos pais, aprendendo a interagir por meio dos sons.

[...] a comunicação pré-verbal inerente a essa interação intuitiva dos pais com a criança pode representar uma avenida ontogênica comum, na qual duas capacidades humanas altamente estruturadas se desenvolvem: (a) a fala, possibilitando a comunicação verbal e o pensamento; e (b) o canto, possibilitando atividades criativas na música vocal. (ALVARES, 2009, p. 201).

Assim, o processo de musicalização e educação musical, está ligada ao ser humano por toda a sua vida, sem distinções ou diferenças, seja a pessoa com deficiência ou não.

A musicalização entendida como um processo, onde seu foco principal é despertar o interesse e gosto pela música, além de desenvolver a criatividade, imaginação, concentração, entre outras atribuições. Para Penna:

Musicalizar é desenvolver os instrumentos de percepção necessários para que o indivíduo possa ser sensível à música, apreendê-la, recebendo o material sonoro/musical como significativo. Pois nada é significativo no vazio, mas apenas quando relacionado e articulado ao quadro das experiências acumuladas, quando compatível com os esquemas de percepção desenvolvidos. (PENNA, 2014, p. 33).

A partir do processo de musicalização, é possível chegar até a educação musical inclusiva, direito garantido dentro da LBI, que em seu cap. IV, assegura o

acesso à educação, de forma igualitária, sem barreiras, além de mostrar que, é dever do Estado, Família e escola, garantir o pleno desenvolvimento da pessoa com deficiência. Para tal, se faz necessário um planejamento curricular além de um processo de capacitação do professor, de forma que todos os estudantes com deficiência aparente ou não, possam serem inclusos em todas as atividades desenvolvidas. Como mostra Mantoan (2003) quanto à inclusão escolar:

Quanto à inclusão, esta questiona não somente as políticas e a organização da educação especial e da regular, mas também o próprio conceito de integração. Ela é incompatível com a integração, pois prevê a inserção escolar de forma radical, completa e sistemática. Todos os alunos, sem exceção, devem frequentar as salas de aula do ensino regular. (MANTOAN, 2003, p. 16).

Sendo um dos quatro (4) componentes da disciplina arte, o ensino musical carrega consigo grande relevância no âmbito inclusivo, terapêutico e no contexto educacional. A educação musical inclusiva, quebra várias barreiras, fazendo com que o processo musical deixe de ser entendido como uma ajuda para tratar a deficiência da pessoa, passando a mostrar para sociedade que a educação musical pode e leva a pessoa com deficiência a um patamar profissional, desde que ela queira. Segundo Louro (2013).

Em relação à educação musical, os preconceitos frente a uma pessoa com deficiência não são menores. Principalmente no Brasil, onde a educação musical ainda integra o conteúdo programático do ensino básico somente na disciplina de educação artística, percebemos por parte de muitos, mesmo de educadores musicais, a crença de que fazer música é somente tocar um instrumento musical. (LOURO. 2013, p. 2).

Frente ao preconceito existente para com a pessoa com deficiência, quanto ao ensino musical, como também, as barreiras existentes dentro do sistema de ensino e suas políticas, trazemos Cervelline (2003), que nos mostra que a música pode ser apreciada e executada por exemplo, por uma pessoa surda, já que ela é percebida através da vibração sonora, desse modo, pode-se afirmar que o indivíduo surdo é capaz de sentir a música através das vibrações:

A musicalidade é a possibilidade que o homem tem de expressar a música interna, ou entrar em sintonia com a música externa, por meio do seu corpo e seus movimentos, por meio da sua voz, cantando, do tocar, do perceber um instrumento sonoro musical ou não, ou de uma escuta musical autêntica. (HAGUIARA-CERVELLINE, 2003, p.75).

Nessa perspectiva, os discursos pedagógicos e legal que integram a educação contemporânea contemplam a inclusão da pessoa com deficiência na sala de aula (LDB 9.394/96); o valor das experiências musicais para a maturação emocional e o desenvolvimento da criança (LELLIS, 2000), são alguns dos temas comumente investigados quando tratamos da pessoa com deficiência.

Esses grandes desafios, que as pessoas com deficiência vivenciam em seu cotidiano, sendo muitas vezes estigmatizados pela sociedade. Como meio para incluir de forma efetiva a pessoa com deficiência, mudanças metodológicas devem acontecer. Como também o professor deve por sua vez, servir como uma ponte entre o estudante com deficiência e a educação, adequando sua metodologia, materiais e métodos, para atender as limitações e desenvolturas de cada estudante, seja ele com deficiência aparente ou não.

Em conformidade com Louro (2016):

Espero que um dia a educação seja feita para as pessoas e não para cumprir uma demanda do sistema. Que a educação deixe de se guiar por paradigmas comerciais/ prisionais e se torne uma porta de libertação para nos conhecermos e sermos pessoas felizes. (LOURO, 2016, p. 47)

Sendo assim, educação, em especial educação musical, é para todas as pessoas, com deficiência ou não, uma ponte para mais respeito, levando em consideração também sua dimensão social. Além da ciência comprovar que a música é uma das ações mais complexas do ser humano, capaz de mexer com toda a estrutura do cérebro, causando mudanças significativas na cognição e no comportamento, é também uma das razões que o ensino musical ou até a apreciação musical são colocadas junto a outras atividades educacionais com tanta frequência. Segundo Louro (2012, p. 192) “A música convida ao movimento, à expressão, à integração”. Assim fica evidente a importância da música dentro do processo inclusivo para a pessoa com deficiência, uma vez que a interação entre todos os estudantes da sala de aula e o professor, são fatores primordiais para uma boa convivência entre todos, e um pleno desenvolvimento educacional, profissional e pessoal. Cabe aos professores, terem um conhecimento, por mais básico que seja, sobre as deficiências, mas é preciso que todos os movimentos educativos, sejam pensados no ser humano, conhecer o estudante como ser humano.

2.2 Educação a Distância e Ensino Remoto: do que estamos falando, o que estamos fazendo, afinal?

Nos últimos tempos, em virtude da Covid-19, doença que tem ceifado vidas e contaminado em demasia, instituições escolares, mundo a fora, suspenderam as atividades presenciais e têm respeitado o estado de emergência e o caos vivido na saúde. O afastamento social, recomendado pela Organização Mundial da Saúde (OMS) desafiou escolas, universidades, professores, pais e alunos a buscarem alternativas promovedoras de ensino e aprendizagem, como o tão comentado ensino remoto.

Para um melhor entendimento sobre o sistema de ensino remoto, se faz necessário uma breve apresentação sobre a modalidade de Educação a Distância (EaD), que ainda causa conflitos conceituais, assim, traremos as definições.

A Educação a Distância (EAD) é uma modalidade de ensino e aprendizagem mediado através de tecnologias, utilizadas como suporte para a comunicação e transmissão de conteúdos entre professor e estudante, de maneira, que não precisam estarem em um mesmo espaço físico, essa modalidade tem se tornado cada vez mais comum dentro do sistema de ensino brasileira.

De acordo com Moran (2002) a EaD pode ser compreendida como:

O modelo de EaD que mais cresce no Brasil combina a aula com o atendimento on-line: teleaulas por satélite ao vivo, tutoria presencial e apoio da Internet. Aulas ao vivo para dezenas ou centenas de tele-salas, simultaneamente, onde em cada uma há uma turma de até cinqüenta alunos, que assiste a essas aulas sob a supervisão de um tutor local e realiza algumas atividades complementares na sala. Há alguma interação entre alunos e professores através de perguntas mandadas via chat e que podem ser respondidas ao vivo via teleconferência, depois de passarem por um filtro de professores auxiliares ou tutores. Essas aulas são complementadas nas salas com atividades supervisionadas por um tutor presencial e outras, ao longo da semana, orientadas por um tutor on-line (MORAN, 2002. p. 1).

Essa modalidade de ensino vem crescendo no Brasil. Atualmente, instituições têm ofertado ensino de forma, sobretudo, pela grande facilidade que ela oferece, tal como: a flexibilidade nos horários de estudos, onde o aluno pode parar para estudar no momento que for mais oportuno, dando mais liberdade para exercer outra atividade, como trabalho, por exemplo; A liberdade para que o estudante possa ter acesso a um curso em uma instituição de ensino, que para ele não seria

possível de forma presencial, devido à distância, um estudante que resida no interior do Estado terá acesso a uma instituição que esteja na capital através do EaD.

Os primeiros cursos por correspondência surgiram, em 1728, nos Estados Unidos, focado mais para cursos profissionalizantes, hoje ele está disponível para todos os níveis escolares, do ensino fundamental ao superior e suas pós-graduações.

Em Fevereiro de 1990, o então presidente da república deliberou um projeto de Lei nº 4.592/90 autorizando a criação da Universidade aberta do Brasil, ligada ao Ministério da Educação, para dar acesso a educação superior, a partir dessa ideia foi possível a inclusão do artigo 80, referente à educação a distância, dentro da Lei nº 9.394/96 de dezembro de 1996, que estabeleceu o ensino a distância como modalidade de ensino complementar para o aprendizado, onde cada município deveria oferecer cursos presenciais ou a distância aos jovens e adultos que não estavam escolarizados.

Ainda dentro dessa mesma Lei, o Decreto nº 5.622, de 19 de dezembro de 2005, da liberdade para que o ensino a distância pode ocorrer em todos os níveis e modalidade educacionais: educação básica, Educação de Jovens e Adultos (EJA), Educação Profissional e Educação Especial, também em cursos técnicos, educação superior e pós-graduações. O Decreto nº 9.057, de 2017 em seu art. 5º e 6º, mostra que as instituições de ensino precisam criar polos descentralizados para atender aos estudantes em suas atividades.

Art. 5º O polo de educação a distância é a unidade acadêmica e operacional descentralizada, no País ou no exterior, para o desenvolvimento de atividades presenciais relativas aos cursos ofertados na modalidade a distância. Parágrafo único. Os polos de educação a distância deverão manter infraestrutura física, tecnológica e de pessoal adequada aos projetos pedagógicos ou de desenvolvimento da instituição de ensino e do curso. (BRASIL, 2017).

A educação a distância, segundo a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), só pode ocorrer em algumas situações, no ensino fundamental quando estiver dentro dos termos do § 4º do art. 32 da Lei nº 9.394/96, que diz: “O ensino fundamental será presencial, sendo o ensino a distância utilizado como complementação da aprendizagem ou em situações emergenciais.

Diante do momento que vivenciamos, uma pandemia, tudo que está sendo pensado é de caráter emergencial, levando em consideração também que o EaD necessita de toda uma estrutura física em alguns pontos estratégicos e uma

organização digital para atender aos estudantes, além de uma equipe multiprofissional que estejam preparados para atender os conteúdos e atividades pedagógicas em várias plataformas digitais. O ensino remoto entra como uma alternativa para manter o sistema de ensino, já que o ensino remoto não necessita de uma estruturação igual a necessária no EaD, e sim, oferecer um acesso temporário aos conteúdos curriculares que seriam apresentados no ensino presencial.

Para conter o avanço e a contaminação do Covid-19, como destacamos, os países entraram em um processo de isolamento social, onde a população foi orientada a ficar em casa e só sair em casos essenciais como: comprar alimentos, atendimentos médicos, entre outros considerados urgentes. Dessa maneira, muitas instituições de ensino, em especial, o sistema educacional brasileiro precisou ajustar-se para que, em uma medida de emergência, a vida fosse protegida e o ano letivo salvo, reestruturando currículos e flexibilizando calendários escolares de forma não presencial.

Art. 1º Autorizar, em caráter excepcional, a substituição das disciplinas presenciais, em cursos regularmente autorizados, por atividades letivas que utilizem recursos educacionais digitais, tecnologias de informação e comunicação ou outros meios convencionais, por instituição de educação superior integrante do sistema federal de ensino, de que trata o art. 2º do decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017. (Portaria nº 544, de 16 de junho de 2020).

O ensino remoto emergencial vem como uma solução para a continuação das atividades educacionais, de forma que possa dá garantia aos estudantes na preservação da vida e mantendo o sistema educacional funcionando, já que o ensino remoto possibilita que professores e estudantes da mesma turma possam, de forma virtual, está no mesmo dia e horário que estariam nas aulas presenciais, ainda que se faça necessário uma adaptação na apresentação da disciplina, o ensino remoto possibilita a transmissão da aula através de aplicativos tecnológicos, como: Google Meet; Zoom; Skype, entre outros.

Assim muita coisa precisou ser ajustada, e no sistema educacional tivemos uma adaptação na modalidade de ensino presencial, que foi pensada para atender os estudantes, de modo a amenizar o impacto na educação, mas com uma finalidade principal de preservar a vida, tendo uma estrutura diferente do ensino à distância, o ensino remoto, onde em Março de 2020, o Ministério da Educação e Cultura (MEC) autorizou, para amenizar os impactos causados pela pandemia,

substituir disciplinas presenciais por aulas que utilizem tecnologias e comunicações à distancia nos cursos em andamento. De modo que fosse possível manter a rotina de estudos. Na questão das instituições de ensino, o MEC passou as regras e orientações, tais como:

Será de responsabilidade das instituições a definição das disciplinas que poderão ser substituídas, a disponibilização de ferramentas aos alunos que permitam o acompanhamento dos conteúdos ofertados bem como a realização de avaliações durante o período da autorização [...] as instituições podem também alterar o calendário de férias, desde que cumpram os dias letivos e horas-aula estabelecidos. (BRASIL, 2020).

Assim as Escolas aderiram ao ensino online através de plataformas digitais (Google Meet, Zoom, Skype, WhatsApp, Google sala de aula, entre outros), tais programas que antes eram utilizados para bate-papo, socialização pessoal e vídeo conferências realizadas por empresas em sua grande maioria, passaram a servirem como meio para as aulas, além da possibilidade de aulas gravadas e materiais digitais, essas são algumas das estratégias adotadas pelas secretarias estaduais de educação (CIEB, 2020). O ensino atuando com a tecnologia, é explicada por Niskier (1993) como uma relação entre tecnologia e a educação, como um processo em que o conhecimento científico é planejado, elaborado e implementado de forma que alcance soluções para os problemas educacionais com maior eficiência, através do uso da internet que impulsiona a educação à distância,

Dessa maneira, as atividades remotas foram organizadas como uma possibilidade de desenvolvimento educacional, o Ministério da Educação (MEC) orientou as instituições de ensino para que mantivessem contato com os estudantes e familiares, dando assistência e acompanhando o desenvolvimento educacional.

Neste período de afastamento presencial, recomenda-se que as escolas orientem alunos e famílias a fazer um planejamento de estudos, com o acompanhamento do cumprimento das atividades pedagógicas não presenciais por mediadores familiares (BRASIL, 2020, p. 9).

Já para os estudantes dos anos iniciais, continuaram com as atividades não presenciais, mas em um processo diferente dos estudantes dos anos finais. O Ensino fundamental manteve suas atividades através de aulas gravadas, aulas ao vivo transmitidas através de TV aberta, redes sociais (Facebook, Instagram, Youtube) e páginas e portais digitais das secretarias de ensino.

Os professores das redes municipais de ensino continuaram ministrando suas aulas aos estudantes, através dos portais já mencionados, mas também com o

envio de atividades, que tem por finalidade analisar o desenvolvimento educacional, além de ser uma forma de contabilizar a presença dos estudantes. Esse novo modelo de ensino, o tão popular “Ensino Remoto” é explicado por Behar (2020), como:

O ensino é considerado remoto porque os professores e alunos estão impedidos por decreto de frequentarem instituições educacionais para evitar a disseminação do vírus. É emergencial porquê do dia para noite o planejamento pedagógico para o ano letivo de 2020 teve que ser engavetado (BEHAR, 2020, s.p).

Assim, diante desta situação tão atípica, que estamos vivenciando, o ensino passando por um processo de grande adaptação em toda sua estrutura, ficamos curiosos em saber como está o processo de ensino voltado para pessoa com deficiência? Como estão acontecendo as aulas remotas voltadas para atender os estudantes com deficiência? Sendo o processo de inclusão da pessoa com deficiência no âmbito educacional, uma luta constante que precisa do envolvimento da escola, professores e família, para que aconteça de modo efetivo e realmente inclusivo. Sabe-se que, diante da LBI, todas os estudantes com deficiência precisam estarem de modo inclusivo dentro do sistema educacional, e que a escola precisa adaptar-se ao estudante de modo a atender suas necessidades e limitações de forma equânime.

CAPÍTULO 3 – PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Neste capítulo, apresentaremos os procedimentos metodológicos escolhidos para a realização da pesquisa.

3.1 Local da pesquisa – a escolha da escola campo

Para a realização desta pesquisa de estudo de caso, escolhemos uma escola municipal de Belo Jardim, Pernambuco, cidade popularmente conhecida como “terra de músicos”. Por que esse título? Belo Jardim ficou conhecida como terra dos músicos devido as duas bandas musicais da cidade, a Filarmônica São Sebastião, fundada em 20 de janeiro de 1887, e a Sociedade de Cultura Musical, fundada em 08 de fevereiro de 1935. Essas bandas foram responsáveis pela formação de vários músicos que, em sua maioria, seguiram a carreira militar na Aeronáutica, no Exército e na Marinha, deixando para a cidade esse título.

Apesar disso, mesmo a escola sendo situada nesta cidade, não há o ensino de música em seu currículo, tampouco, na grade curricular.

O motivo pelo qual escolhemos tal escola, entre tantas outras, é que, devido a pandemia que estamos vivenciando, foi necessário o fechamento das atividades de ensino em todo o país, onde o retorno foi organizado por etapas, ficando a critério de cada secretaria de ensino municipal organizar a retomada na modalidade remota. Na cidade em questão, só algumas escolas retornaram, e, dentre elas, a escola campo de nossa pesquisa. Nessa perspectiva, a nossa escolha se deu pensando no ensino do componente curricular arte/música em uma sala inclusiva.

A partir desse critério, selecionamos a Escola, localizada em Belo Jardim - PE. Sendo um prédio, antes residencial que passou por uma reestruturação para comportar os estudantes. Com espaço para comportar em média 350 estudantes, atualmente, de 8 a 10 têm alguma deficiência. A instituição está organizada nos turnos da manhã e tarde, possui 9 salas de aula (turmas do 1º ao 5º ano), 4 Banheiros, sendo 2 femininos e 2 masculinos, divididos nos 2 andares do prédio. Acessibilidade só há no primeiro piso, para os estudantes com deficiência terem acesso ao segundo piso, faz-se necessário uma reestruturação no prédio para que essa barreira deixe de existir.

No que diz respeito aos recursos humanos, conta com 18 professores, 2 auxiliares de disciplina; 1 cozinheira, 1 bibliotecária.

3.2 Tipo de pesquisa: Estudo de caso – Abordagem Qualitativa

Como objetivamos investigar o ensino de arte/música para estudantes com deficiência numa escola municipal, conforme critério já apresentado, nossa abordagem de pesquisa se configura como qualitativa. Nos pressupostos de Minayo (2013, p.21) essa abordagem “trabalha com o universo dos significados, dos motivos, das aspirações, das crenças, dos valores e das atitudes”. Uma das características de uma pesquisa de cunho qualitativo, é de manter o foco em compreender e explorar como o participante/entrevistado se comporta diante do fenômeno.

Tangente ao tipo de pesquisa, o Estudo de Caso se mostra como a mais adequada, visto que versa numa atividade educacional, num contexto e *lócus* natural, a fim de explorar nuances da vida real que não estão claramente postos e definidos. Para Fonseca (2002), Estudo de Caso:

[...] pode ser caracterizado como um estudo de uma entidade bem definida como um programa, uma instituição, um sistema educativo, uma pessoa, ou uma unidade social. Visa conhecer em profundidade o como e o porquê de uma determinada situação que se supõe ser única em muitos aspectos, procurando descobrir o que há nela de mais essencial e característico. O pesquisador não pretende intervir sobre o objeto a ser estudado, mas revelá-lo tal como ele o percebe. (FONSECA, 2002, p. 33).

A nossa pesquisa está pautada, ainda, no método de Estudos de Caso de Yin (2003), que foca em uma unidade de pesquisa, seja um indivíduo, um pequeno grupo, um programa, evento ou instituição, como uma escola, por exemplo, que é o nosso foco.

3.3 Participante da pesquisa

Para uma melhor compreensão quanto à escolha dos participantes na pesquisa, achamos importante apresentar os nossos objetivos. Como objetivo geral, propomos: investigar como tem se constituído o ensino de arte/música em turmas inclusivas no contexto remoto da educação básica. E, como objetivos específicos, compreender, a partir do olhar docente, a inclusão educacional de estudantes com

deficiência no contexto remoto; identificar estratégias de ensino de arte/música para estudantes com deficiência no contexto remoto e caracterizar ações educativas desenvolvidas no ensino de arte/música para estudantes com deficiência no contexto remoto.

Em um primeiro momento, selecionamos, a priori, 3 (três) professoras da escola-campo de pesquisa como participantes, todas docentes que atuam na disciplina Arte, em salas de aula inclusiva. Todavia, em contato com os profissionais fomos informados que os alunos com deficiência, mesmo as aulas sendo aplicadas de modo remoto, estavam sem acompanhar essas aulas. Eram passadas atividades para esses estudantes junto com a entrega das merendas, que aconteciam em tempos variados, sendo a cada 15 dias ou uma vez por mês, assim, não tinham acompanhamento direto dos professores.

Por esse motivo, achamos importante justificar o motivo de termos entrevistado apenas uma professora. A fim de preservar a identidade da participante, utilizaremos o nome fictício *Lucy*, ao logo da análise dos dados.

3.4 Instrumento de Coleta de Dados

Esse processo compreende o conjunto de operações necessárias para a análise e confronto da coleta.

Assim, como meio de alcançar as informações necessárias para a nossa pesquisa, utilizamos a entrevista semiestruturada. Que se deu de modo remoto, de maneira que possamos respeitar as normas de prevenção contra a Covid-19.

Segundo Minayo (2014), com a entrevista podemos entender melhor as informações que estão ligadas aos participantes. Para a autora, o uso de entrevista aponta para:

Uma representação da realidade: ideias, crenças, maneiras de pensar; opiniões, sentimentos, maneiras de sentir; maneiras de atuar; condutas; projeções para o futuro; razões conscientes ou inconscientes de determinadas atitudes e comportamentos. (MINAYO, 2013, p. 262).

Esse processo se fez necessário para investigar como tem se constituído o ensino de arte/música em turmas inclusivas no contexto remoto da educação básica. Além de compreender a partir do olhar docente, a inclusão educacional de estudantes com deficiência; identificar estratégias de ensino de arte/música para

estudantes com deficiência; caracterizar ações educativas desenvolvidas no ensino de música/arte para estudantes com deficiência.

3.5 Instrumento de Análise de Dados

Após finalizarmos o processo de produção de dados: entrevistas feitas com a professora participante, vale informar que todas foram gravadas através de programa próprio para essa finalidade e realizada a transcrição.

O processo de análise se deu através à análise de conteúdo segundo Bardin (2011). Método utilizado para análise crítica sobre os conteúdos coletados em entrevistas voltadas para uma pesquisa de cunho qualitativo, tendo como função principal um esclarecimento crítico. Consoante Bardin (2011, p. 15): “a análise do conteúdo é um conjunto de instrumentos de cunho metodológico em constante aperfeiçoamento, que se aplicam a discursos (conteúdos e continentes) extremamente diversificados”.

Outros teóricos da inclusão educacional e musicalização como: Louro, Carvalho, Mantoan e Sasaki, entre outros, também contribuíram para a análise das entrevistas.

Destacamos que os resultados podem ser vistos a seguir e estão divididos em três categorias: Inclusão de estudantes com deficiência: ensinar para todos; Música ou arte?: estratégias para a inclusão de estudantes com deficiência no Ensino Remoto; Adaptações para inclusão educacional de estudantes com deficiência.

CAPÍTULO 4 – ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS

Neste capítulo, apresentaremos a análise e discussão obtida a partir do olhar do professor e suas contribuições.

Julgamos necessário rememorar os nossos objetivos de pesquisa. Como objetivo geral: investigar como tem se constituído o ensino de música/arte em turmas inclusivas no contexto remoto da educação básica. Quanto aos objetivos específicos: compreender, a partir do olhar docente, a inclusão educacional de estudantes com deficiência; identificar estratégias de ensino de música/arte para estudantes com deficiência; caracterizar ações educativas desenvolvidas no ensino de música/arte para estudantes com deficiência.

Como sabemos, o aluno com deficiência tem direito a educação garantido por lei. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Nº 9394/96 e pela Lei Brasileira de Inclusão (LBI), Nº 13.146/15. Destacam entre outros: o acesso, permanência e gratuidade com qualidade de ensino para esses estudantes. Nesse contexto, quanto ao ensino de música dentro da disciplina arte, a LDB, em 2008, traz uma alteração, apresentando o ensino musical na educação básica, como conteúdo obrigatório.

Assim, com o objetivo de identificar a inclusão dos estudantes com deficiência nas atividades propostas para a aula, realizamos essa entrevista com a única professora que teve todos os seus estudantes mantidos em aulas remotas. Desse modo, a seguir, compreenderemos melhor.

4.1 Inclusão de estudantes com deficiência: ensinar para todos

Na trajetória de vida de *Lucy*, destacamos que ela tem graduação em Letras, é psicopedagoga e está finalizando o bacharelado em psicologia, mas, mesmo atuando como professora de arte, ela não possui formação na disciplina. Segundo ela, essas formações são peças fundamentais para que suas aulas sejam aplicadas, de modo que atenda de maneira igualitária todos os estudantes. Nesse sentido, Mantoan (2006) nos rememora que:

A inclusão não prevê a utilização de práticas de ensino escolar específicas para esta ou aquela deficiência e/ ou dificuldade de aprender. Os alunos aprendem nos seus limites e se o ensino for, de fato, de boa qualidade, o

professor levará em conta esses limites e explorará convenientemente as possibilidades de cada um. (MANTOAN, 2006, p. 36).

Para que a aula aconteça para todos, o professor precisa, não só conhecer seus estudantes, mas, levar em consideração que eles já carregam um certo conhecimento e aproveitá-lo, de modo a romper fronteiras, integrando os saberes. Quando questionada sobre o que é ensinar, *Lucy* apresenta uma preocupação, e grande afeto, com seus estudantes:

Ensinar para mim, ensinar é compartilhar conhecimentos, mas também é preparar para a vida, eu vejo aprender como sendo um processo pelo qual as competências, habilidades, conhecimentos, comportamentos ou mesmo valores são adquiridos ou mesmo modificados. (Fonte: do autor, com base na entrevista).

Pensar numa educação para todos é a premissa para a inclusão educacional de pessoas com deficiência. E é esse o olhar para inclusão que fica claro nas linhas da professora *Lucy* (sem formação específica em arte/música).

O fragmento acima descrito pela professora apresenta uma preocupação não só com o ensino dentro da escola, seja ele remoto ou presencial, mas também quanto a vida do estudante fora das paredes da escola. Sabendo sobre as dificuldades específicas que a pessoa com deficiência enfrenta, nesse relato, a professora traz à tona suas preocupações quanto ao ensino e suas aplicações para a vida. Assim, fica evidente a necessidade de uma sociedade inclusiva, ou seja, que esteja ciente e aplique os direitos e deveres de forma devida para todos, sem uma separação, ou diferenciação pelo fato de a pessoa ter uma deficiência, uma sociedade pronta para lidar com a diversidade, nesse contexto Louro (2012) mostra:

Cabe à sociedade adequar-se às necessidades de todas as pessoas; cabe à escola promover adaptações, sejam elas quais forem, para incluir um aluno com deficiência; cabe ao professor ter conhecimento sobre as questões pedagógicas e estruturais que envolvam atividades relacionadas às pessoas com necessidades educacionais especiais. (LOURO, 2012. p. 28).

A inclusão da pessoa com deficiência no contexto educacional e sua preparação para a vida fora da escola está vinculado ao seu convívio familiar e dentro da escola, possibilitar a inclusão entre os estudantes, é tarefa dura, pois, para que ela aconteça de verdade, o professor precisa aproximar todos os estudantes, com ou sem deficiência aparente. Essa aproximação só é possível se houver uma dedicação extrema do professor. Essa inclusão torna-se mais trabalhosa para os professores, quando não dispõem de uma assistência

pedagógica e estrutural que possibilite uma interação entre a escola e o estudante. No contexto remoto, a inclusão torna-se ainda mais difícil, tendo em vista não só a falta de acesso à tecnologia e outros recursos digitais, mas a falta do outro, do par, do convívio.

Ensinar para a vida, como destaca a professora *Lucy*, em a ver com aprender a viver com os outros. Gonzáles (2016) afirma que esse é o “conteúdo” mais complexo e mais consistente com a realidade do estudante com deficiência, porque, no caso da música, ela auxilia na integração, na harmonia, no ritmo, fazendo com que os estudantes saiam de suas cadeiras e interajam e poucas vezes tem sido abordado na escola. Reiteramos que, muito menos quando a educação é vista pelas telas dos *smartphones* e computadores.

4.2 Música ou arte?: estratégias para a inclusão de estudantes com deficiência no Ensino Remoto

Para que a inclusão aconteça de modo atender a todos os estudantes de modo equânime, o professor deve estar sempre em busca de novos conhecimentos, formações e pesquisas. Louro (2012) destaca que não existe, no campo da realidade, um guia de procedimentos para se lidar com os desafios pedagógicos, mas há caminhos e possibilidades, principalmente, se o professor se preparar antecipadamente, como: quebra de barreiras atitudinais, conhecimento mais profundo de deficiências, conhecimento acerca do aluno, intercâmbio de informações, definição clara das metas pedagógicos-musicais, e estratégias diferenciadas para aulas e avaliações.

Acreditamos que os caminhos apontados por Louro (2012) podem contribuir seja para as aulas de música ou de arte. No caso da professora *Lucy* é com base no último componente curricular, arte. Isso fica claro quando perguntamos sobre as estratégias para ensinar e aprender música na escola:

Sobre a possibilidade dos, estudantes estudarem música, eu acredito que a maioria responderia sim, de forma positiva, com certeza maioria gostaria sim, visto que a música traz uma outra realidade para o ambiente né, proporciona alegria, bem-estar e com certeza favorece sim a comunicação a expressão, e também o próprio aprendizado. (Fonte: do autor, com base na entrevista).

Segundo as afirmações da professora *Lucy*, fica evidente a importância que a música tem dentro da sala de aula que, sendo utilizada de forma direcional, os

impactos causados por ela são de grande valia. O ensino de arte/música tem apresentado um impacto gigantesco no processo de ensino e aprendizagem, além de ser uma prática social essencial que, dentro outros, possibilitará uma melhor integração à sociedade.

Louro (2012), como vimos, declara os caminhos para o professor inclusivo. Assim, acerca das estratégias, a professora *Lucy* continua:

Sim existem, existe estratégias que podem facilitar o ensino, porém é preciso ver cada indivíduo, cada sujeito como um ser único, porque o que pode favorecer aprendizagem de um, poderá não ter o mesmo efeito para outro, então cada sujeito é um ser específico. Um exemplo prático, é com relação a estudantes autistas, eles têm dificuldade de fazer o movimento de pinça com os dedos, então uma forma de adaptar lápis de cor, pincéis, é engrossando esse material né, então a gente pode utilizar é E.V.A para fazer o contorno, deixando lápis e pincéis mais grossos para que possa facilitar esse movimento e atividade nunca se ofertada na horizontal, sempre deixando um pouco inclinada, porque isso pode sim favorecer melhor né, o desenvolvimento das habilidades desses alunos na hora de realizar determinadas atividades. (Fonte: do autor, com base na entrevista).

A busca por novas estratégias é um elemento fundamental para o processo de inclusão e, também, para o professor, como podemos visualizar no discurso da professora *Lucy*. Como uma das estratégias apontadas está perceber as potencialidades do estudante. Segundo ela:

O único diferencial que eu percebo em trabalhar com alunos especiais é justamente, descobri as coisas que eles mais gostam, porque isso sim, vai favorecer o desenvolvimento das atividades, quando eles realizam algo voltado para o que eles gostam, se tornar algo mais prazeroso e não há a possibilidade dele se estressar em tanto. (Fonte: do autor, com base na entrevista).

Assim, o professor, ao preparar uma aula, levando em consideração as necessidades dos estudantes, partindo dos seus gostos e saberes, a educação inclusiva musical funcionará como um pilar para a o desenvolvimento cognitivo, afetivo, auxiliando nas relações interpessoais e melhorando o convívio social. Sendo uma peça fundamental para todos os indivíduos, inclusive as pessoas com alguma deficiência, é o que inferimos diante das considerações da professora *Lucy*, mesmo diante dos desafios vivenciados por professores quanto ao ensino de arte/música para estudantes com e sem deficiência.

É possível observarmos que a professora traz, em seu relato, uma inquietação quanto a estratégias para que os estudantes possam participar de todas as atividades propostas em aula, de modo que não só a parte pedagógica precisa

ser observada, mas também precisa-se ver o estudante quanto a suas potencialidades e particularidades. Sobre a importância de o professor conhecer sua turma, Silva (2019) afirma:

Sabe-se a importância de o professor conhecer a turma em que atua para que possa adaptar sua aula a todos os alunos. Nesse sentido, conhecer, significa saber o que os alunos precisam e tratá-los de acordo com a sua necessidade. [...] Como já dito, a inclusão requer planejamento e muitas vezes materiais adaptados para os alunos com deficiência. (SILVA, 2019, p. 32).

Ao ter em uma sala de aula estudantes com e sem deficiência é um desafio grande para o professor, já que suas estratégias precisam partir de uma sondagem com a turma, de modo que seja identificado a maneira que cada estudante aprende, e parti desse ponto, é que o plano de aula e até pedagógico será traçado e todos inclusos. Sobre esse processo, Silva (2014) afirma a necessidade de garantir:

[...] que, em toda atividade realizada em sala de aula e/ou extraescolar, sejam feitas acomodações para que todos os alunos, inclusive aqueles com deficiência, possam participar conforme suas potencialidades e possibilidades. (SILVA, 2014, p. 43).

Assim, acreditamos que a inclusão, dentro da sala de aula, só existe quando há uma relação firmada entre escola e professor, possibilitando o pleno desenvolvimento educacional para todos os estudantes. Mais que isso, a possibilidade de se pensar em inclusão e estratégias para os estudantes com deficiência também devem ser uma prática, mesmo no contexto remoto.

O fato de o professor não ter formação ou curso, muitas vezes devido à escassez ou dificuldades enfrentadas, para lidar com o estudante com deficiência, dificulta o processo de ensino e aprendizado, como também o processo de estratégias, que são peças necessárias para um pleno desenvolvimento do estudante no âmbito educacional. Com a professora *Lucy* não foi diferente. A ausência de planejamento, a dificuldade em narrar e mostrar as situações em que as estratégias para a inclusão de estudantes no contexto remoto nos levam a inferir a ausência de estratégias no ensino de música/arte.

4.3 Adaptações para inclusão educacional de estudantes com deficiência

Sendo música uma das linguagens que compõe o ensino de Arte, como apresentado na Base Nacional Comum Curricular - BNCC (2018, p. 193) que diz:

“no ensino fundamental, o componente curricular Arte está centrado nas seguintes linguagens: as Artes visuais, a Dança, a Música e o Teatro”. Tal como a inclusão, que assegura os direitos à educação igualitária, onde os estudantes com alguma deficiência devem ter participação em todas as atividades ali desenvolvidas, e tais ações devem ser pensadas e preparadas respeitando a limitação de cada pessoa, ao perguntarmos sobre essa relação, existente entre o ensino de arte/ música com a pessoa com deficiência, *Lucy* nos traz uma perspectiva sobre esse questionamento:

Eu percebo mesmo como mito, porque acredito que a arte e a música são ferramentas extremamente importantes e necessárias para se trabalhar com esse público e que sim pessoas especiais podem se desenvolver a musicalidade e também em outras esferas da Arte. (Fonte: do autor, com base na entrevista).

O que *Lucy* nos alerta é acerca da ratificação da exclusão. O mito, que procura explicar os principais acontecimentos da vida humana, os fenômenos naturais, as origens do mundo etc., está associado ao rito (SILVA, 2014). Este, por sua vez, é ação e reforça os preconceitos, as discriminações, principalmente contra as pessoas com deficiência e o processo de aprendizagem. Carvalho (2012) endossa, quando destaca que as baixas expectativas em relação as potencialidades das pessoas com deficiência refletem o imaginário coletivo inspirado, erradamente, como incapazes e os coloca na condição como cidadãos de segunda classe.

E isso fica ainda mais claro quando estabelecemos relação com Louro (2017), que nos apresenta uma reflexão sobre o processo pedagógico relacionando a pessoa com deficiência e o ensino de arte/música. Quando diz:

Mas, a produção artística de uma pessoa com deficiência pode ser tão boa quanto a de um "não deficiente". Logo, encarar a produção ou intenção artística de uma pessoa que tenha determinada deficiência como fazendo parte somente de um processo reabilitacional ou direcionar a educação musical para o mesmo, apenas para sua reabilitação ou inclusão social, são atitudes que podem podar o potencial artístico da pessoa. Infelizmente, isso ainda acontece muito no meio musical. (LOURO, 2017, p. 2).

Possibilitar a inclusão do estudante com deficiência, de modo a prepará-lo para sociedade, é, portanto, um dever conjunto que deve existir envolvendo Estado, Família e Escola (infraestrutura, funcionários, corpo docente, discentes, recursos, estratégias e metodologias).

De modo a atender todos os estudantes, questionada sobre o processo necessário para que as atividades propostas em aula, fossem acessíveis para todos os estudantes, não sendo tendo exemplos de atividades, frente ao contexto remoto e pandêmico, *Lucy* discorre:

Todas essas atividades trabalhadas com estudantes especiais, precisam sim, serem adaptadas de acordo com as necessidades individuais desse estudante, e isso é feito partindo justamente da habilidade que se pretende trabalhar com estudante, também se adequando as possibilidades que ele tem para que possa desenvolver. (Fonte: do autor, com base na entrevista).

Adaptação, a partir do olhar da professora *Lucy*, é o que Louro (2018) garante como as alterações na forma de ensinar, nas estratégias, nos recursos e nos materiais utilizados pelos estudantes para favorecer a compreensão. O processo de adaptação é necessário dentro da escola do modo a atender todos os estudantes que necessitem dos recursos e serviços. Para Mantoan (2006) só é possível quando existe uma reestruturação pedagógica:

As escolas que reconhecem e valorizam as diferenças têm projetos inclusivos de educação e o ensino que ministram difere radicalmente do proposto para atender às especificidades dos educandos que não conseguem acompanhar seus colegas de turma, por problemas que vão desde as deficiências até outras dificuldades de natureza relacional, motivacional ou cultural dos alunos. Nesse sentido, elas contestam e não adotam o que é tradicionalmente utilizado para dar conta das diferenças nas escolas: as adaptações de currículos, a facilitação das atividades e os programas para reforçar aprendizagens, ou mesmo para acelerá-las, em casos de defasagem idade/série escolar. (MANTOAN, 2006, p. 33).

Ainda, quanto ao processo de adaptação na grade curricular e por decorrência, nas atividades que serão propostas, relacionando ao ensino de arte/música, de modo que seja possibilitado ao estudante uma inclusão. Louro (2013) levanta alguns pontos, para ela, são fundamentais ao professor.

Saber sobre questões clínicas básicas das deficiências e sobre o processo de aprendizagem que circunda as deficiências; Ter uma visão ampla do fazer musical e não somente focada na performance instrumental ou nos métodos tradicionais de ensino musical; Saber promover adaptações metodológicas, instrumentais e musicais; Ter metas bem definidas com cada aluno ou grupo. (LOURO, 2013, p. 6).

É importante que o professor tenha conhecimento do modo que seus estudantes aprendem, torna-se necessário conhecer e compreender seus limites, dificuldades e facilidades, quanto ao seu aprendizado e convívio social, isso

possibilitará ao professor saber o que os estudantes precisam e poderá adequar as estratégias de ensino de acordo com às especificidades de aprendizagem do estudante. *Lucy*, em suas reflexões, afirma:

Com relação à evolução da aprendizagem partindo desse grupo específico, vai depender da individualidade de cada um levando em consideração o tipo de deficiência, porque, quando há uma deficiência física, não existe nenhum comprometimento intelectual, mas quando a deficiência é intelectual, a gente sabe que a aprendizagem é um pouquinho mais lenta né, mas, sim, pode acontecer pode evoluir de forma satisfatória mas aí vai variar de estudante para estudante também de acordo com a própria deficiência de cada um. (Fonte: do autor, com base na entrevista).

Diante disso, a necessidade de um planejamento e em alguns casos, dependendo da dificuldade apresentada pelo estudante com deficiência, os materiais devem ser adaptados para que a inclusão aconteça na sala de aula. Pois, como apresentado na LBI (2015):

A educação constitui direito da pessoa com deficiência, assegurado sistema educacional inclusivo em todos os níveis e aprendizado ao longo de toda a vida, de forma a alcançar o máximo desenvolvimento possível de seus talentos e habilidades físicas, sensoriais, intelectuais e sociais, segundo suas características, interesses e necessidades de aprendizagem. (LBI. Cap IV, art. 27, 2015).

Mesmo constituindo direito da pessoa com deficiência, como os documentos oficiais preveem e, mesmo concebendo a importância da adaptação das atividades para os estudantes com deficiência, a narrativa da professora *Lucy* não deixa claro, para nós, que atividades foram/são adaptadas para o ensino de arte no contexto remoto, o que inferimos que se trata não só das dificuldades da inexistência dos contatos presenciais, dos poucos ou nenhum recursos tecnológicos disponibilizados aos estudantes, da falta de um trabalho mais efetivo com a tríade família-aluno-escola e, não menos importante, de uma equipe multidisciplinar capaz de articular todos os envolvidos no processo, pois, as adaptações e as estratégias não devem ficar sob responsabilidade, apenas, do professor.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O ensino de arte/música realizada por um professor que tenha uma formação na área ainda é muito escasso, tendo em vista que em muitas escolas os professores lecionam a disciplina Arte como um complemento para sua carga horária obrigatória. Com isso, os conteúdos não são aplicados como deveriam ser, em parte, porque o professor não tem formação nem conhecimento que possibilite tal aplicação, como pudemos visualizar na narrativa da professora participante que nos apresentou, também, grande interesse em buscar conhecimento musical para possibilitar um melhor aprendizado para seus estudantes.

Formações continuadas, pesquisas e a procura por conhecer um pouco sobre o ensino de arte/música inclusiva é de suma importância para o professor.

Temos várias pesquisas realizadas na área inclusiva, na educação inclusiva e na educação musical inclusiva, com temas variados, como a acessibilidade, a prática pedagógica e outros. Como SILVA (2019), que nos mostra o processo de inclusão acontecendo de maneira fragmentada, com a ausência de estratégias e adaptações que abarquem as necessidades do aluno. As discussões referentes a educação inclusiva, são pontos falados e contestados, mas a sua aplicação, ainda não acontece em todos os cantos da escola, como discurremos em nossa pesquisa, quando, dentre quatro (4) professores que foram convidados para participarem, apenas um (1) estava em contato com os estudantes com deficiência de modo ativo.

Assim, nosso trabalho, configurado como estudo de caso, nos possibilitou identificar que a inclusão no tempo de pandemia não aconteceu em sua totalidade, já que os estudantes com deficiência não tiveram acompanhamento pedagógico, a maioria foi retirado da vivência escolar, não sendo necessário que eles participassem das atividades, o que aparentou uma segregação com esses estudantes. Além disso, também identificamos que, no discurso da professora *Lucy*, estratégias de ensino acessíveis e adaptações de acordo com as necessidades dos estudantes se fizeram presentes. Todavia, na prática, isso não aconteceu como o esperado, o que dificultou que nós atingíssemos, na totalidade, os nossos objetivos.

A escassez de atividades, tarefas e afins. A ausência de planos de aula, sequências didáticas e outros materiais são as principais dificuldades para percebermos como, incluir os estudantes através, de modo a aproximá-los do convívio escolar.

Cabe lembrar que a inclusão, seja nas aulas de arte/música ou qualquer componente curricular, para que ela aconteça, esforços são necessários. Que não cabe, apenas, ao professor, mas ao sistema. O fato de segregação de estudantes ter sido predominante nos rememora os direitos previstos em lei e a necessidade de, cotidianamente, modificarmos os nossos espaços, lugares, atitudes. Mas é importante lembrarmos que vivenciávamos um momento difícil.

Que outras pesquisas com essa temática possam surgir, que a inclusão de estudantes com deficiência nas aulas de arte/música possa ser cada vez mais um fato. Como possíveis questionamentos, apontamos: como tem acontecido a inclusão de estudantes com deficiência na Rede Estadual de Ensino em Belo Jardim? Que estratégias e adaptações professores e professoras têm realizado? E o ensino de música, como tem acontecido? Que a nossa pesquisa possa contemplar reflexões e que sirva de auxílio para que pontes da inclusão sejam construídas.

REFERÊNCIAS

ALVARES, Thelma S. **musicoterapia e o princípio feminino**: considerações sobre teoria, prática e formação profissional. *In*: ILARI, Beatriz; ARAÚJO, Rosane (Orgs.) *Mentes em música*. Curitiba: DeArtes - UFPR, 2009, p179-206.

ANJOS, Edson Silva dos. **Músicos surdos e a escolha do instrumento musical contribuições de um professor-maestro**. 2019. DOI: 10.29327/simpfbj2019.225561.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: edições 70, 2011.

BATALHA. Luciana Silva; SANTOS. Tatiana dos. **Educação e artes**. Londrina: Editora e Distribuidora Educacional S. A. 2018.

BEHAR. Patrícia Alejandra. **O Ensino remoto emergencial e a Educação a distância**. Rio Grande do Sul. UFRGS, 2020. Disponível em: <https://www.ufrgs.br/coronavirus/base/artigo-o-ensino-remoto-emergencial-e-a-educacao-a-distancia/>. Acesso em: 22 set. 2022.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura (MEC). **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, 2018.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais**: arte / Secretaria de Educação Fundamental. – Brasília: MEC/SEF, 1997. 130p.

BRASIL. LEI Nº 9.394/1996. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB**. I. – 4. ed. – Brasília, DF: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2020. 59 p. Disponível em: https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/572694/Lei_diretrizes_bases_4ed.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso em: 08 jul. 2021.

BRASIL. LEI Nº 13.146/2015. **Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (LBI)**. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2015/lei-13146-6-julho-2015-781174-normaatuizada-pl.pdf>. Acesso em: 08 jul. 2021.

BRASIL. **MEC prorroga autorização do ensino a distancia**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/component/content/article/12-noticias/acoes-programas-e-projetos-637152388/89761-mec-prorroga-autorizacao-de-ensino-a-distancia-em-cursos-presenciais-por-30>. Acesso em: 01 fev. 2021.

CASTRO. Heloisa Vitória de. **Educação especial e inclusiva de pessoas com deficiência na Escola**: Um olhar histórico- Social. Universidade Federal de Goiás – UFG. Comunicação, Formação e profissionalização docente. Goiás, 2013. Disponível em: https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/248/o/1.4_27.pdf. Acesso em: Fev. 2021.

GOMBRICH, E. H. (Ernst Hans), 1909-2001. **A história da arte**. Tradução Álvaro Cabral. Rio de Janeiro: LTC, 2012.

FONSECA, João José Saraiva da. **Metodologia da Pesquisa Científica**. Universidade Estadual do Ceará – UECE. Centro de Educação. Ceará, 2002.

GONZÁLES, Flávio. **Educação musical, psicologia e inclusão: o que a vida espera de nós?** In: LOURO, Viviane. Música e inclusão: múltiplos olhares. São paulo: Som, 2016.

HAGUIARA-CERVELLINI, Nadir. **A Musicalidade do surdo: representação e estigma**. São Paulo: Plexus Ed, 2003.

LELLIS, Cláudia Maria Carrara. A educação musical especial e a musicoterapia. In: **ANAIS** do IX Encontro Anual da Associação Brasileira de Educação Musical. Belém: ABEM 200, p.28.

LIMA, Larissa. **MEC autoriza ensino a distância em cursos presenciais**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/busca-geral/12-noticias/acoes-programas-e-projetos/637152388/86441-mec-autoriza-ensino-a-distancia-em-cursos-presenciais>. Acesso em: 01 fev. 2021.

LOURO, Viviane. **Música e educação: série diálogos com o som**. (In): SILVA, Helena Lopes da; ZILE, José Antônio Baêta (org.). Barbacena: EdUEMG, 2015.

_____. **Fundamentos da aprendizagem musical da pessoa com deficiência**. São Paulo: Som, 2012.

_____. **Educação musical e deficiência: quebrando os preconceitos**. 2013. Disponível em: <https://musicaeinclusao.wordpress.com/2013/06/06/louro-viviane-educacao-musical-e-deficiencia-quebrando-os-preconceitos/>. Acesso em: 15 de Jul. 2018.

_____. **Música e inclusão: múltiplos olhares**. São paulo: Som, 2016.

_____. **Jogos e Atividades para a Educação Musical Inclusiva**. São Paulo: Som, 2018.

_____. **Música e Inclusão: uma breve reflexão sobre o processo pedagógico musical da pessoa com deficiência**. 2015. Disponível em: <https://musicaeinclusao.wordpress.com/2013/06/07/louro-viviane-musica-e-inclusao-uma-breve-reflexao-sobre-o-processo-pedagogico-musical-e-a-pessoa-com-deficiencia/>. Acesso em: 21 de Ago, 2017.

MANTOAN, Maria Tereza Eglér. **Inclusão escolar: o que é? Por quê? Como fazer**. 2.ed., São Paulo: Moderna, 2006.

MAZZOTTA, Marcos J. S. **Educação Especial no Brasil: história e políticas públicas**. 6 ed. São Paulo: Cortez, 2011.

MEC. 2006 - **Direito à educação**: subsídios para a gestão dos sistemas educacionais: orientações gerais e marcos legais / Organização: Ricardo Lovatto Blattes. – 2. ed – Brasília : MEC, SEESP, 2006. 343 p.

_____. **Decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009**. Promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova York, em 30 de março de 2007. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ Ato2007-2010/2009/Decreto/D6949.htm. Acesso em: 08 jul. 2021.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. 33 ed. – Petrópolis, RJ, 2013.

MORAN, J. M. **O que é educação a distância**. 2002. Disponível em: <[HTTP://www.eca.usp.br/prof/moran/dist.htm](http://www.eca.usp.br/prof/moran/dist.htm)>. Acesso em: 27 jan. 2021.

PENNA, Maura – **Música(s) e seu ensino**. 2. ed. Ver. e ampl. – Porto Alegre: Sulina, 2014.

PNSPD – **Política Nacional de Saúde da Pessoa com Deficiência**. Disponível em: <https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2017/MatrizesConsolidacao/comum/37518.html>. Acesso em: 26 Jul. 2021

SASSAKI, Romeu Kazumi. **Inclusão**. Construindo uma sociedade para todos. Rio de Janeiro. WVA. 2006.

_____. **Inclusão: acessibilidade no lazer, trabalho e educação**. **Revista Nacional de Reabilitação (Reação)**, São Paulo, Ano XII, mar./abr. 2009, p. 10-16

SILVA, Adilma Andrade da. **Musicalização para alunos com deficiência intelectual**: um estudo de caso em uma escola municipal de São Caitano – PE. TCC. Licenciatura em Música Popular Brasileira. Instituto Federal de Pernambuco. Belo Jardim, 2019.

SILVA, Luzia Guacira. **Educação inclusiva**: práticas pedagógicas para uma escola sem exclusões. 1. ed. – São Paulo: Paulinas, 2014.

TAVARES, Fabiana S.S. **Educação Não Inclusiva**: a trajetória das barreiras atitudinais nas dissertações de educação do Programa de Pós-graduação em Educação (PPGE/UFPE). 2012. 595f. Dissertação. Programa de Pós-Graduação em Educação. Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 2012.

APÊNDICES



**INSTITUTO
FEDERAL**

Pernambuco

INSTITUTO FEDERAL DE PERNAMBUCO
CAMPUS BELO JARDIM

LICENCIATURA EM MÚSICA POPULAR

Av. Sebastião Rodrigues da Costa, S/N, São Pedro, Belo Jardim/PE.

CEP. 55155-730

Tel. (81) 3411-3200

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Prezado/a,

Estamos realizando uma pesquisa sobre o ensino de música para pessoas com deficiência. Cabe destacar que este trabalho é o requisito parcial para a conclusão da Licenciatura em Música Popular – Instituto Federal de Pernambuco, *campus* Belo Jardim.

A participação nesse estudo é voluntária e, se você decidir não participar, ou quiser desistir de continuar em qualquer momento, tem absoluta liberdade de fazê-lo.

Na publicação dos resultados desta pesquisa, sua identidade será mantida no mais rigoroso sigilo. Serão omitidas todas as informações que permitam identificá-lo/a.

Declaro, por meio deste termo, que concordei em ser entrevistado e/ou participar na pesquisa de campo referente a pesquisa intitulada **Ensino Remoto nos Anos Iniciais: o que dizem os professores de Arte/Música frente à sala de aula inclusiva de uma escola municipal de Belo Jardim/PE**, desenvolvida por **Edson Silva dos Anjos**. Fui informado, ainda, de que a pesquisa é orientada pelo Professor Me. **Silas Nascimento dos Santos**, a quem poderei contatar / consultar, a qualquer momento que julgar necessário, por meio do telefone: (81) 9.9657-6833 ou e-mail: silas.santos@bejardim.ifpe.edu.br

Afirmo que aceitei participar por minha própria vontade, sem receber qualquer incentivo financeiro ou ter qualquer ônus e com a finalidade exclusiva de colaborar para o sucesso da pesquisa. Fui informado dos objetivos estritamente acadêmicos do estudo.

Minha colaboração se fará de forma anônima, por meio de entrevista semiestruturada, a ser gravada a partir da assinatura desta autorização. O acesso e a análise dos dados coletados se farão apenas pelo pesquisador e seu orientador.

Fui, ainda, informado de que posso me retirar desse estudo a qualquer momento, sem prejuízo para meu acompanhamento ou sofrer quaisquer sanções ou constrangimentos.

Atesto recebimento de uma cópia assinada deste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

Belo Jardim/PE, ____ de _____ de 2022.

Assinatura do participante: _____

Assinatura do pesquisador: _____

ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA

Objetivo Geral –

Investigar como tem se constituído o ensino de música/arte em turmas inclusivas no contexto remoto da educação básica.

Objetivos Específicos –

Compreender, a partir do olhar docente, a inclusão educacional de estudantes com deficiência; identificar estratégias de ensino de música/arte para estudantes com deficiência; caracterizar ações educativas desenvolvidas no ensino de música/arte para estudantes com deficiência

Boa tarde, gostaria de te agradecer por me conceder a oportunidade de poder conversar com você sobre sua trajetória como educador e, educador em sala de aula inclusiva.

É intento destacar que essa gravação não será divulgada e que a entrevista faz parte do trabalho de conclusão de curso da Licenciatura em Música Popular, habilitação em Tuba, do Instituto Federal de Pernambuco – *Campus* Belo Jardim.

1. Eu gostaria de saber: quem é você? (Essa pergunta já nos dá pistas sobre como ele se vê. E como vai se percebendo a respeito da inclusão da pessoa com deficiência na sociedade, na escola, etc.);

2. Conhecendo você como professor: perguntas sobre o profissional

2.1 O que é para você, ser professor?

2.2 Quais as disciplinas que você leciona?

2.3 Quantos alunos tem em sua sala e quantos são deficientes?

2.4 Qual a faixa etária dos seus alunos?

3. Ultimamente, as pessoas com deficiência, têm ocupado os espaços sociais que lhes são de direito. Como você percebe isso? (Se ele falar sobre inclusão... Você falou em inclusão, o que é incluir? O que as pessoas com deficiência representam para você?)

4. Você falou sobre a importância das pessoas com deficiências.
 - 4.1 De onde vem esse sentimento, essa sensibilidade em querer ensinar arte-música para pessoas com deficiência?
 - 4.2 Quem foi ou é a sua maior inspiração nessa área?
 - 4.3 O que é ensinar, para você? E aprender?
 - 4.4 Como é ensinar arte/música para pessoas com deficiências? Tem diferenças para pessoa sem deficiência?
 - 4.5 O que os estudantes diriam sobre: aprender música? Eles gostam?
5. Você falou sobre o ensino de arte/música para pessoas deficientes. Muito interessante! Há, ainda, o mito de que pessoas com deficiência não podem ser musicalizadas, principalmente.
 - 5.1 Como você percebe isso?
 - 5.2 Precisa de algum tipo de adaptação ou adequação? Como você faz?
6. Existem estratégias específicas para o ensino voltado para pessoa com deficiência? Você poderia explicar, dar exemplos...
7. Você usa recursos tecnológicos? Quais? Com que objetivo?
12. Como você avalia a aprendizagem do estudante com deficiência?
13. Você lembra de alguma aula que você mediou e que os estudantes com deficiência ficaram bastante felizes? Como foi?
15. Você se utiliza de alguma metodologia do ensino da música para pessoas com deficiências? Se sim, quais?
16. O trabalho de arte/música que você realiza com as pessoas com deficiência na escola tem um gigantesco impacto social. Há algum tipo de investimento? Quais são os maiores entraves?
17. O que você imagina que as pessoas de fora pensam a respeito do ensino de arte/música para pessoas com deficiência?

18. E os familiares desses estudantes, qual a relação deles com esse universo?

19. O que você acha que poderia ser feito pela sociedade em geral, inclusive, por nossos representantes, em prol do ensino inclusivo, mas não é feito?

20. O que dificulta essa realização?

24. Há mais alguma coisa que você gostaria de dizer sobre a pessoa com deficiência ou o ensino inclusivo nas escolas? Fique à vontade.